



Ministério Público do Estado de Rondônia
em defesa da sociedade
Gabinete da Secretaria-Geral

Ofício nº 619/2017- SG

Porto Velho, 11 de setembro de 2017.

Ao Senhor
EDISON LUIZ CASAS PINTO
Representante Legal
EDISON LUIZ CASAS PINTO - ME
Rua Rolândia, nº 105, Bairro Barreirinha
CEP 82.560-110
Curitiba/PR

Assunto: Contrato nº 18/2017-PGJ

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos o Contrato nº 18/2017-PGJ que entre si celebram o Ministério Público do Estado de Rondônia e a empresa EDISON LUIZ CASAS PINTO - ME, para assinatura. Ressalto que uma via do referido contrato deverá retornar a este órgão para demais providências.

Atenciosamente,


MARCELO DE SIQUEIRA BRASIL
Assessor Técnico



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

CONTRATO Nº. 18/2017-PGJ

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VEICULAR, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA E A EMPRESA EDISON LUIZ CASAS PINTO - ME.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, com sede na Rua Jamari, nº. 1555, bairro Olaria, Porto Velho/RO, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.381.083/0001-67, neste ato representado por seu Procurador-Geral de Justiça, Dr. Airton Pedro Marin Filho, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa EDISON LUIZ CASAS PINTO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.992.757/0001-71, com sede a Rua Rolândia, n. 105, Bairro Barreirinha, Curitiba/PR, CEP: 82.560-110 neste ato representada por Edison Luiz Casas Pinto, brasileiro, casado, portador do RG nº 37458902 SESP/PR e do CPF nº. 679.397.249-91, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VEICULAR**, nos termos da Lei n. 8.666/93, conforme o processo n. 2017001120006764, por meio do processo licitatório n.18/2017, modalidade pregão eletrônico n. 17/2017, com sessão realizada em 31/07/2017, e respectiva proposta comercial, que fazem parte integrante deste contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de rastreamento e monitoramento veicular, visando atender às necessidades do Ministério Público do Estado de Rondônia, com base no Termo de Referência n. 006/SESTRAN/MP/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, por acordo entre as partes, conforme o inciso II, do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

a) Caso a contratada não tenha sede ou filial em Porto Velho/RO, deverá no máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do contrato, apresentar nesta localidade pessoa devidamente autorizado para representá-la administrativa, comercial, técnica e judicialmente, perante o contratante durante toda a vigência do contrato. Nesta hipótese, constituído representação, a contratada deverá informar esse fato ao gestor do contrato, para que este providencie a emissão da Autorização para iniciar o serviço;

b) As instalações dos rastreadores e acessórios nos veículos deverão iniciar em até **10 (dez) dias consecutivos**, após a emissão da solicitação pelo gestor do contrato e finalizada em no máximo **30 (trinta) dias** contados da mesma data;

c) O Software de monitoramento deverá estar totalmente funcional após a instalação dos rastreadores nos primeiros veículos;

d) Após a instalação e funcionamento do sistema de rastreamento e monitoramento nos primeiros veículos, a contratada deverá efetuar treinamento para utilização do equipamento e central de monitoramento para os servidores indicados pelo contratante;

e) As substituições dos Módulos AVL em caso de pane, incondicionalmente serão feitas por um novo no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis** nos veículos localizados na Capital, e **04 (quatro) dias úteis** nos veículos localizados no interior do Estado, a contar do recebimento da Solicitação feita pelo gestor do contrato;

f) A suspensão dos serviços de monitoramento e rastreamento em veículo do Contratante deve ser realizada no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da Solicitação feita pelo gestor do contrato;

g) O prazo para ativar o serviço de monitoramento e rastreamento suspenso, será no máximo de **02 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da solicitação feita pelo gestor do contrato;

h) A transferência de equipamentos de monitoramento/rastreamento entre os veículos do contratante, quando necessário, deve ser realizada no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis** nos veículos localizados na Capital, e **04 (quatro) dias úteis** nos veículos localizados no interior do Estado, a contar do recebimento da solicitação feita pelo gestor do contrato;

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA TÉCNICA

a) O equipamento deverá possuir garantia da empresa a ser contratada contra falhas de funcionamento ou instalação, durante todo período contratual;

b) A empresa contratada deverá reparar ou substituir o equipamento ou parte porventura defeituosa dentro do prazo máximo de **02 (dois) dias úteis** na Capital e **04 (quatro) dias úteis** nos veículos localizados no Interior do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

Estado, contadas a partir do acionamento por escrito feito pela contratante;

c) Para os reparos ou substituições referidos no parágrafo anterior, a empresa contratada deverá disponibilizar equipe própria de técnicos;

d) Os custos de manutenção deverão ser arcados pela empresa a ser contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

A instalação dos equipamentos e os serviços que serão executados na Comarca de Porto Velho/RO poderão ser feitas nas dependências da contratada e/ou em local previamente acertado entre o representante da contratada e o gestor.

Parágrafo único. No interior do Estado, os serviços deverão ser realizados nas dependências das Promotorias.

CLÁUSULA SEXTA – DA SEGURANÇA INTERNA

a) A contratada fornecerá ao CONTRATANTE relação dos empregados credenciados a efetuar quaisquer serviços a que se refere o presente termo de referência, contendo, no mínimo, nome e número da carteira de identidade e CPF;

b) A relação de que trata o item anterior deverá ser protocolada junto ao gestor do contrato e mantida atualizada durante toda vigência contratual;

c) A CONTRATADA manterá seu pessoal, durante a permanência das dependências dos imóveis do Contratante, uniformizado e identificando através de crachá, com fotografia recente;

d) Não será permitido o acesso aos imóveis do Contratante de empregados sem seu crachá de identificação;

e) A CONTRATADA não permitirá o acesso de seus empregados às áreas classificadas como restritas, exceto com autorização expressa do gestor ou fiscais do Contrato;

f) Não será permitida a permanência de empregados da contratada em horários e áreas dos prédios nas quais não estejam sendo realizados serviços;

g) Os empregados da CONTRATADA, enquanto nas dependências do CONTRATANTE, estarão sujeitos às suas normas internas de segurança.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS INSTALAÇÕES DO FORNECEDOR

Para atendimento do CONTRATANTE quanto aos serviços de monitoramento e rastreamento, a contratada deverá disponibilizar central telefônica própria, com funcionamento ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, operada por pessoal habilitado, para atender, imediatamente as solicitações dos servidores do CONTRATANTE devidamente cadastrado(s), identificado(s) e com nível de acesso definido, com as seguintes finalidades:

a) Prestar suporte e assistência técnica relativa aos serviços contratados;

b) Configurações no sistema de monitoramento e rastreamento, envio de comandos, localização e informações para recuperação dos veículos, programação de limites geográficos, rotas e outras finalidades dos serviços.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

viços contratados;

c) Bloqueio de veículos em caso de ocorrência policial;

d) Outros atendimentos que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento do sistema;

e) O telefone para atendimento deverá ser preferencialmente de discagem gratuita 0800. Não sendo esse o caso, a solicitação de atendimento feito pelo CONTRATANTE deverá ser disponibilizada mediante telefone com discagem de custo local, na hipótese de a central telefônica estar situada fora do Estado de Rondônia.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor global anual do presente contrato é de **R\$ 39.580,08 (trinta e nove mil, quinhentos e oitenta reais e oito centavos)**, dividido em 12 (doze) prestações mensais e sucessivas no valor de **R\$ 3.298,34 (três mil, duzentos e noventa e oito reais e trinta e quatro centavos)**, na forma descrita no anexo único, cujo pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão do termo de recebimento definitivo por parte do CONTRATANTE referente ao objeto contratado e mediante apresentação da seguinte documentação:

- a) Nota fiscal/fatura discriminatória, em via única, devidamente atestada.
- b) CND – Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência Social.
- c) CRF – Certidão de Regularidade de FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão de quitação de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, na sede da contratada;
- e) Certidão negativa da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

§1º. As certidões previstas nas alíneas “b” a “e” do *caput* poderão ser consultadas pela própria contratante, por meio da internet.

§2º. Caso a contratada se encontre pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a Administração poderá rescindir o contrato.

§3º. A CONTRATADA fica obrigado a consignar o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ - 04.801.221/0001-10) na Nota Fiscal eletrônica (NF-e), conforme exigência da Lei Estadual nº. 3.490, de 23 de dezembro de 2014.

§4º. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00032876, assim apurado:

$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(12/100)}{365} \quad I = 0,00032876$

TX = Percentual da taxa anual = 12%.

§5º. Em caso de não aprovação da Nota Fiscal, por motivo de incorreção, rasuras ou imprecisão, será ela devolvida à CONTRATADA para a devida regularização, caso em que o prazo referido no *caput* deste contrato passará a fluir após a reapresentação da nota fiscal devidamente corrigida.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que o CONTRATANTE, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar no objeto do contrato, respeitados o limite de até 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

Em caso de prorrogação de prazo do compromisso firmado no contrato, será feito reajuste do preço constante na proposta comercial da empresa, utilizando-se de pesquisa de mercado como referência para a correção, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, dentre empresas produtoras e/ou comercializadoras do objeto. Também podem ser utilizados índices setoriais ou outros adotados pela Administração para definir o da correção.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas referentes ao objeto mencionado neste contrato correrão à conta do Programa de Trabalho nº. 03122128020020000, natureza da despesa nº. 339039, pertencente ao processo administrativo n. 2017001120006764.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRANTE

Obriga-se o CONTRATANTE a:

- a) Publicar no Diário da Justiça o extrato do contrato;
- b) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- c) Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela contratada através de seus representantes legais;
- d) Notificar, por escrito, à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação e quaisquer falhas ocorridas, para a imediata adoção das providências de saneamento;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

- e) Efetuar o pagamento da fatura/nota fiscal mensal no prazo avençado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;
- f) Deduzir e recolher na fonte os tributos pertinentes sobre os pagamentos efetuados à contratada;
- g) Decidir sobre eventuais alterações necessárias no instrumento contratual, nos limites permitidos por lei, para melhor adequação de seu objeto;
- h) Colocar à disposição da contratada os elementos e informações necessários à execução do contrato;
- i) Atestar a entrega dos materiais e receber a Nota Fiscal/Fatura correspondente, na forma estabelecida no Edital, Termo de Referência e seus anexos;
- j) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos desenvolvidos pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Obriga-se a CONTRATADA a:

- a) Indicar preposto pra representar empresa durante a vigência do contrato;
- b) Substituir os Módulos AVL em caso de pane, incondicionalmente por um novo;
- c) Suspender o serviço de monitoramento e rastreamento em veículos do CONTRATANTE, ao receber a solicitação feita pelo gestor do contrato;
- d) Ativar os serviços de monitoramento e rastreamento suspenso, ao receber a solicitação feita pelo gestor do contrato;
- e) Transferir o serviço de monitoramento/rastreamento entre os veículos do CONTRATANTE, ao receber a solicitação feita pelo gestor do contrato;
- f) Possibilitar acesso do software de monitoramento/rastreamento em, no mínimo, 12 (doze) computadores do CONTRATANTE, sendo 02 (dois) "notebooks";
- g) Manter sigilo de todas as informações obtidas pelo sistema de monitoramento e rastreamento, sob pena de responsabilidade, bem como, de todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;
- h) Reportar-se sobre a execução do contrato, única e exclusivamente ao gestor do contrato;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

- i) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, ou de materiais empregados;
- j) Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais, em consequência de fato a si imputável e relacionado aos serviços contratados;
- k) Indicar formalmente, por meio de carta de preposto, representante para responder pela execução do contrato junto ao gestor;
- l) Comunicar, por escrito, eventual paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação do CONTRATO;
- m) Manter atualizado o número de telefone, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação disponível para a solicitação de suporte;
- n) Dar plena e total garantia quanto à qualidade do serviço fornecido, responsabilizando-se quanto a qualquer problema ou reclamação que possam surgir durante vigência da Ata de registro de preços;
- o) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus funcionários no desempenho dos serviços contratados ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do CONTRATANTE;
- p) Executar diretamente o objeto deste contrato, vedada a subcontratação, salvo nos casos que se exigir comprovada especialização, desde que haja a prévia aprovação do CONTRATANTE;
- q) Prestar os serviços objeto deste contrato, sempre por intermédio de funcionários treinados e habilitados, com todo o ferramental, aparelhos de medição, peças, materiais e equipamentos necessários a sua execução;
- r) Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme artigo 70 da lei n. 8.666/93;
- s) Dar ao serviço contratado prioridade para sua execução por ser



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

tratar de interesse público, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado;

t) Prestar esclarecimentos, sempre que necessário, sobre os serviços, peças e acessórios aplicados nos veículos do CONTRATANTE, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação do serviço objeto deste contrato;

u) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8666/93;

v) Não promover a publicidade de seus serviços usando o objeto deste contrato, salvo se expressamente autorizado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

§1º. A CONTRATADA que deixar de entregar documentação ou apresentá-la com conteúdo falso, ensejar o retardamento da realização do certame ou da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do SICAF, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital e cominações legais aplicáveis.

§2º. No caso de atraso injustificado na execução dos serviços e/ou a prática de quaisquer das infrações a seguir discriminadas, o CONTRATANTE poderá, garantida ampla defesa e o contraditório, aplicar à CONTRATADA multa de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) até o limite de 2,0% (dois por cento) sobre a parcela não cumprida do contrato, conforme tabelas a seguir:

Grau	Correspondência
1	0,05%
2	0,10%
3	0,20%
4	0,40%
5	2,00%

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	5	Por ocorrência



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

2	Suspender ou interromper os serviços contratuais, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito.	5	Por dia e por unidade de atendimento
3	Empregar mão de obra não qualificada para executar os serviços contratados.	3	Por empregado e por dia
4	Retirar ou desinstalar quaisquer equipamentos previstos em contrato, sem autorização prévia do MPRO.	4	Por item
5	Empregar, nas dependências do MPRO, pessoa que não tenha sido previamente credenciada na forma do contrato.	3	Por ocorrência
6	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização.	3	Por ocorrência
7	Deixar de fornecer Equipamentos necessários, em perfeitas condições de uso.	5	Por ocorrência
8	Deixar de prestar manutenção aos equipamentos e seus acessórios no prazo estabelecido.	1	Por item e por ocorrência
9	Deixar de substituir os equipamentos que apresentarem rendimento insatisfatório e/ou baixa qualidade em até 48 (quarenta e oito) horas úteis.	1	Por item e por ocorrência
10	Deixar de substituir os equipamentos que apresentarem defeitos em até 48 (quarenta e oito) horas úteis.	2	Por item e por dia
11	Deixar de cumprir quaisquer obrigações, constantes no edital e seus anexos, não previstas nesta tabela de multa.	2	Por ocorrência
12	Deixar de orientar e exigir de seus empregados comportamento compatível com o ambiente de trabalho do MPRO.	4	Por ocorrência
13	Permitir que seus empregados divulguem assuntos de interesse Institucional que tomar conhecimento.	5	Por ocorrência

§3º. As multas previstas neste subitem são independentes entre si e poderão ser aplicadas isolada ou conjuntamente;

§4º. A multa de mora, quando aplicada "por dia de atraso", limitar-se-á a 30 (trinta) dias. Após esse prazo a Administração poderá rescindir o contrato;

§5º. Quando da aplicação da multa, o recolhimento dar-se-á por intermédio de crédito em nota fiscal de serviços no mês subsequente ao da ocorrência, que será descontada de pagamento a ser efetuado. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa e/ou judicialmente;

§6º. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a CONTRATADA poderá, garantida a prévia defesa, no prazo de cinco dias úteis a contar da notificação, aplicar as seguintes penalidades:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, ou sobre o valor correspondente a parte não executada, no caso de inexecução parcial, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 02 (anos), nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993 e Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, à licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

§7º. A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição ao fornecedor penalizado de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- b) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o CONTRATANTE, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do CONTRATANTE;
- e) Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do CONTRATANTE após a assinatura do Contrato;
- f) Apresentação, ao CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

§8º. Em caso de negativa de assinatura do termo contratual por parte da CONTRATADA, será ela penalizada com multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, conforme o caso, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§9º. As sanções de multa podem ser aplicadas juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

§10º. A sanção estabelecida na alínea "d" do §6º é de competência exclusiva do Procurador-Geral de Justiça, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

§11. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria-Geral da União – CGU.

§12. Serão remetidas cópias dos processos administrativos dos fornecedores que sofrerem sanção administrativa passível da inserção no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual pela Controladoria Geral do Estado, nos termos da Lei nº. 2.414/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de revogar o presente processo licitatório, em razão de interesse público, decorrente de fato superveniente relacionado ao objeto licitado.

§1º. A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, pela simples constatação de fato superveniente, no caso de surgimento de vícios insanáveis, fato que não gerará direito à indenização, salvo se verificada a hipótese do parágrafo único do art. 59, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE fará publicar no Diário de Justiça do Estado o resumo do presente contrato, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram o presente contrato para todos os efeitos, independentemente de transcrição, o edital do Processo Licitatório nº. 18/2017, Pregão Eletrônico nº. 17/2017, a proposta vencedora, as atas de abertura e julgamento da documentação e das propostas, o instrumento legal que outorga poderes ao representante da CONTRATADA, bem como o seguinte anexo:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

a) Anexo único – Planilha de Preços

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro de Porto Velho/RO, preterido qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

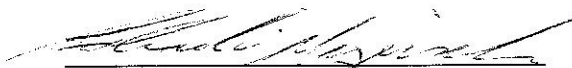
Assim ajustadas, as partes celebram o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.


Porto Velho/RO, 14 de agosto de 2017.


AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça
CONTRATANTE


EDISON LUIZ CASAS PINTO
Representante Legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:


Keyne Takashi Mizusaki
RG nº. 23.800.226-3-SSP/SP
CPF nº. 148.825.728-00


Maria Luciana A. S. Cavalcante
RG nº. 657075 – SSP/RO
CPF nº 753.676.612-20

CONTRATO Nº 18/2017

ANEXO ÚNICO
PLANILHA DE PREÇOS

Item	Discriminação	Und	Qtde	Valor unitário	Valor mensal	Valor total
01	Serviço de rastreamento e monitoramento 24 horas, em tempo real, de veículos da frota do Ministério Público do Estado de Rondônia, em mapas digitais e imagens de satélite, por meio de sistemas GPS/GSM/GPRS, incluindo o fornecimento e serviços de instalação, treinamento de pessoas para operar o sistema, licença e manutenção de sistemas (software) e equipamentos de rastreamento automotivo (módulos) em regime de comodato, em todo o Estado de Rondônia (capital e interior), conforme especificações constantes do Termo de Referência n. 006/SESTRAN/MP/2016.	Und	109	R\$30,26	R\$3.298,34	R\$39.580,08
Valor Total do Item						R\$ 39.580,08